

Capítulo 3

HISTÓRIAS DE SUBSISTÊNCIA E HISTÓRIAS DE TRABALHO EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BELO HORIZONTE

*Elisângela de Jesus Furtado da Silva*¹³

*Luiz Alex Silva Saraiva*¹⁴

Introdução

E no início, nada havia. Essa é a crença compartilhada no âmbito social sobre o cenário anterior à fundação da cidade de Belo Horizonte. No entanto, por meio das histórias e memórias de alguns grupos, é possível perceber que a constituição da cidade não somente ocorreu a partir de um lugar habitado, como também trouxe reflexos para as comunidades já existentes, alguns que mudariam definitivamente as formas de li viver e

¹³ Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: elisangela.jfs@yahoo.com.

¹⁴ Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Associado da Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: saraiva@face.ufmg.br.

trabalhar. Esse é o caso da Comunidade Quilombola Luizes, localizada na região oeste da capital mineira.

Sendo a existência desta comunidade anterior à formação da cidade, as famílias que ali viviam acompanharam drásticas e rápidas mudanças, principalmente após 1970. À medida que a cidade crescia, a comunidade encolhia em termos de área ocupada. Embora historicamente vivesse da atividade agrícola, a comunidade aos poucos se viu cercada por um ambiente totalmente urbano. O modo de vida rural, que em determinadas épocas, gerava não somente o próprio sustento como também chegava a empregar pessoas da escassa vizinhança, estava ameaçado. As pessoas da comunidade procuraram se adaptar, desenvolvendo novas formas de subsistência e trabalho. Nesse cenário, a questão que nos fazemos é: quais histórias de subsistência e trabalho podem ser construídas discursivamente a partir das memórias de mulheres da comunidade Luizes? A importância dessa discussão pode ser defendida em função do escasso debate em torno da dinâmica organizativa presente em comunidades quilombolas em um ambiente urbano.

De acordo com Sahasranaman e Jensen (2018), que observaram grupos sociais a partir das nuances raça e renda, a cidade é muito mais que somente uma localização geográfica. Estes autores perceberam que ela é permeada por práticas organizativas ligadas a disputas e que podem produzir reflexos distintos, como a segregação por eles evidenciada. A ONU (2017) prevê expressivo aumento populacional nos centros

urbanos, sendo que somente na América Latina e Caribe, a população deve crescer de 646 milhões de habitantes em 2017 para 780 milhões em 2050, um aumento de 20,75% em 33 anos, sendo os maiores índices de crescimento nas áreas urbanas. Pesquisar os grupos sociais a partir da dinâmica das cidades é importante em função de que o crescimento populacional tem sido acompanhado de crescimento da desigualdade e segregação social (Sahasranaman & Jensen, 2018).

Como um grupo social inserido no contexto urbano, abordar uma comunidade quilombola pode revelar fatores importantes ligados às práticas sociais, pois se trata de um grupo social que enfrenta diversos problemas ligados às dimensões da raça, classe e gênero. Um dos meios para observar tais práticas é justamente compreender os reflexos no modo como essas pessoas vivem e se mantêm em um ambiente urbano.

Referencial teórico

Quilombo, Kilombo, palenques, mocambo, comunidade quilombola, aquilombados... Os termos são vários e já sugerem um grupo social marcado pela fluidez de sentidos e significados ao longo do tempo. A palavra quilombo tem sua origem no termo *quimbundo*, do idioma Banto e significa “união, aldeia/acampamento guerreiro na floresta, composto de vários *kraals*” (Sommer, 2005, p. 36). A associação com o termo originalmente africano ocorreu em função da similaridade das

moradias feitas no Brasil. O termo quilombo é usado de forma datada para evidenciar grupos sociais existentes no Brasil no período colonial e escravagista. Na atualidade, contudo, comunidade quilombola é entendida como uma organização social que possui elementos dos antigos quilombos, mas que não se confunde com esses, por se tratar de fenômenos em épocas, contextos e conflitos amplamente distintos, e que são importantes para compreendê-los em suas especificidades.

O fator temporal evidencia que quilombos existem há mais de 400 anos no Brasil de acordo com registros do Conselho Ultramarino (Moura, 1987). Mesmo com a criminalização, perseguição, prisões e mortes durante o período colonial, na atualidade existem comunidades remanescentes dessa organização social. O desenvolvimento desses grupos sociais, sua expansão e a construção simbólica criada em torno de si indicam que se trata de grupos sociais observáveis do ponto de vista organizacional.

Os quilombos desenvolveram uma rede sofisticada de cooperação e organização porque a oposição ao sistema os aproximou outros grupos sociais oprimidos. De acordo com Moura (1987), além de os quilombos serem formados por pessoas como origens diferentes, tais como ex-escravizados, indígenas e imigrantes brancos e pobres, também mantinham relações com outros grupos. Por meio dessas relações, as comunidades tinham acesso a alimentos, roupas, material bélico, e também se inseriram na dinâmica social e econômica.

Algumas comunidades desenvolveram relações comerciais com fazendeiros e contrabandistas de metais preciosos, para mencionar alguns (Reis, 2007). Embora pareça contraditório, com isso as comunidades geravam tanto o recurso necessário para o grupo, quanto estabeleciam uma rede local de interesses comuns, tais como segurança, políticos e econômicos.

No que se refere à subsistência, o traço mais marcante evidenciado por diversos autores foi o campesinato no meio rural (Gomes, 2015), mas essa não resumia à possibilidade de organização desses grupos sociais. Freitas (1984), estudioso do Quilombo dos Palmares, identificou sete tipos de organização social e econômica em quilombos: agrícolas, extrativistas, mercantis, mineradoras, pastoris, de serviços e predatórias.

A sociabilidade observada em quilombos tinha como traço preponderante o comunitarismo (Schmidt & Araujo, 2012; Moura, 1987; Motta, 1980), manifesto na propriedade coletivizada e cooperativismo, como o mutirão. A divisão do trabalho se dava tanto nas atividades de subsistência, quanto nas de segurança. Especificamente no que se refere a Palmares, quilombo que por sua dimensão e importância é nomeado como República por Moura (1987), a organização social e política e até judicial, diferiu de quilombos menores. Zumbi foi rei em Palmares, mas havia chefes de mocambos que respondiam administrativamente por áreas menores.

Reis (2007) elenca diversas situações que sugerem a organização dinâmica percebida em quilombos, que se valeram de diversas estratégias para garantir a subsistência e a segurança do grupo, como alianças com pequenos comerciantes, fazendeiros e outros quilombos. Manter-se e sobreviver estavam diretamente relacionados a capacidade de as pessoas das comunidades interagirem com os demais grupos e que revela a dimensão organizativa presente nos grupos.

Misoczky (2010, p. 27), ao considerar que “organizar é produzir socialmente modos de cooperação, sempre instáveis e em movimento”, contribui com a discussão ao reforçar que a prática organizativa não é sinônimo de prática gerencial, ao mesmo tempo em que revela a artificialidade e o reducionismo presente no ideal de organizações ordenadas e funcionais. A cooperação percebida nos grupos sociais pressupõe práticas organizativas e, dessa forma, podem ser consideradas organizações.

Os limites da assimilação espacial na cidade

A malha urbana está em contínuo e acelerado crescimento e a compreender como esse processo ocorre ocupa uma agenda ligada a fenômenos complexos como a segregação e a desigualdade (Charles, 2003). O processo de expansão das cidades não se resume aos aspectos arquitetônicos e urbanísticos, já que somente são a dimensão física de um padrão civilizatório, dotado de *ethos* próprio aos que nelas habitam.

É justamente por perceber práticas e sentidos compartilhados socialmente que Agier (2017) sugere que a cidade é uma identidade territorial. Enquanto território, ela é palco e objeto em disputa. A cidade no atual cenário materializa a expectativa em torno da divisão social do trabalho, o que indica acesso a oportunidades, mas também da competição e do acirramento dos conflitos sociais. A manifestação dessas disputas pode ser evidenciada na mobilidade dos grupos na cidade ao longo da história. Esse é o processo que leva a constituição social das áreas consideradas marginais à cidade. O repovoamento não é uma lógica natural e apresenta certa configuração, em oposição à dinâmica do habitar ancestral, da constituição do que ele chama de “lugar antropológico” (Agier, 2017).

Se a localidade é produzida, ela é governada por uma lógica. A questão é que cada território apresenta fatores específicos, mas que, segundo Charles (2003), tem a segregação social como fator comum. Ela é categórica em destacar que esse fenômeno acomete grupos específicos, dentre os quais as pessoas negras. Ocorre que, durante anos, pesquisas são realizadas a fim de compreender quais mecanismos são responsáveis pela perpetuação da segregação, mas sem oferecer uma explicação satisfatória. Para a autora, uma das questões para isso está na lógica interpretativa. Após se constatar a intensidade e persistência da segregação, vários autores a ligam ao fato de que pessoas negras tem acesso a menor escolaridade, e conseqüentemente, a renda implica todo um efeito cascata de

condição precária de vida, seja na moradia, no acesso de oportunidades de trabalho e de condição em saúde.

Justificar os descolamentos na cidade unicamente em função do status socioeconômico colabora para tornar ainda mais naturalizadas as relações invisíveis responsáveis por moldar a vida e a dinâmica urbanas. A noção de que as pessoas com acesso a renda maiores tendem a abandonar bairros precários em direção a lugares que ofereçam maior qualidade de vida é o maior fundamento daquilo que ela chama de assimilação espacial. Assim, ter acesso a oportunidades, inserção e ascensão social seriam decorrentes unicamente da questão econômica. Ao observar dois grupos marcados pela diferença em um contexto urbano nos Estados Unidos, mais especificamente brancos hispânicos e asiáticos e negros, Charles (2003) refutou tal hipótese. De acordo com seu estudo, algumas pessoas, podem apresentar mais facilidade de se inserirem na dinâmica social, o que indica que suas diferenças são assimiladas pelos demais. Porém, não é possível generalizar tal teoria, uma vez que hispânicos e asiáticos apresentaram maior assimilação espacial do que pessoas negras. Em suma, não interessa o nível de renda, as pessoas negras estão sujeitas a um processo segregacionista, ligado a pobreza e a vida precarizada. Por mais que o *Apartheid* tenha sido extinto por lei, na prática a dinâmica nas cidades reflete uma tendência a homogeneização, expressa nos bairros majoritariamente brancos e negros (Charles, 2003).

O resultado é uma versão sofisticada de *Apartheid* visível na estratificação dos lugares. Os achados de Charles (2003) são reforçados pelo trabalho de Alves (2017), que identificou que o processo de urbanização impôs higienização e segregação social em um local no qual a zona meretrícia compartilhava a vizinhança da igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, na cidade Alto Conceição, na Paraíba. As tensões de cunho moralista e higienista religiosa provocaram uma mobilidade forçada, processo que ela denomina de (des)territorialização e que é responsável por homogeneizar as vizinhanças. A autora menciona alguns dos mecanismos percebidos no processo, tais como relações de poder, alianças, conflitos e sociabilidades.

Já Lima, Silva e Gurgel (2013) se voltam para mudanças ocorridas em uma cidade interiorana, mas aqui é possível perceber a reprodução da dinâmica urbana. As autoras demonstram que o crescimento acelerado e descontrolado do tecido urbano modificou fortemente as relações produtivas e econômicas na cidade. As mudanças na morfologia da cidade estão diretamente associadas às relações de trabalho que lá se estabelecem, o que as aproxima das contribuições de Agier (2017) ao considerar que a cidade apresenta uma configuração dos espaços locais dotados de diferentes técnicas de produção. A discussão de Lima, Silva e Gurgel (2013) problematiza a segregação na interface em que molda as relações produtivas, dando origem as funções urbanas. Em outros termos, uma dinâmica de divisão social do trabalho e voltada às necessidades de grupos privilegiados na cidade.

Compreender as mudanças ocorridas nas várias dimensões dos grupos sociais pode ser feito por diversas vias. A discussão aqui tratada procurou compreender a dinâmica social implicada nas relações produtivas e de trabalho enquanto desdobramentos das especificidades da cidade, tratada por identidade territorial por Agier (2017). A persistência da segregação e, conseqüentemente, das desigualdades sociais apontam para o fato de que a assimilação espacial não pode ser usada para explicar a experiência de todos os grupos na cidade. O caminho para compreender o processo histórico de modificação nos modos de vida na cidade, entre os quais abordamos a passagem da subsistência para as novas possibilidades de trabalho, parece ser identificar a lógica da estratificação dos lugares constituídos por uma determinada função urbana. Todos esses fatores, aliados à tendência à homogeneização, considerada ponto pacífico entre os autores, revelam aspectos ligados a configurações locais.

Metodologia

A realização deste trabalho se fundamentou na ontologia nominalista, método indutivo, sendo a pesquisa qualitativa, pertinente para compreender fenômenos sociais em profundidade. A construção dos dados ocorreu por meio da História Oral (Thompson, 1992) e diz respeito aos relatos orais

das entrevistadas, considerada uma das possibilidades de pesquisa narrativa, de acordo com Saraiva (2007).

A potência da História Oral pode ser ressaltada em virtude de ser a forma de transmissão de saberes, conhecimentos e experiências acessíveis somente por essa via. Por se tratar de um grupo social com tradição oral e não hegemônico, muitos quilombos não possuem o registro escrito da própria história (Queiroz, 2016). Considerando-se sociedades grafocêntricas, o fazer histórico tem privilegiado o acesso a determinadas narrativas do passado, em detrimento de outras, o que implica que a alguns grupos é negada a possibilidade de produção histórica. Neste trabalho, considera-se que a ausência da evidência não é evidência da ausência, o que significa que grupos sem registro escrito histórico não significa ausência de história.

Superada discussão da forma de acesso às memórias e ao passado, resta ainda compreender como os relatos de indivíduos podem revelar aspectos mais amplos de um grupo. Ao falar do passado, as pessoas mobilizam sua memória para descrever fatos, eventos e pessoas que marcaram a si ou outras que lhes são importantes de alguma forma. Um autor importante nesse sentido é Halbwachs (2006), por considerar que a memória coletiva retém do passado somente aquilo “que é capaz de viver na consciência dos grupos que a mantêm” (Halbwachs, 2006, p. 102). O autor é insistente na diferenciação entre a memória individual e a coletiva e que entre ambas ocorre um fluxo de

informações, sendo a condição para tal a coerência. Isto é, por mais que uma pessoa não possua a memória de um fato ou evento, ela pode se valer da memória de outros para construir a sua, bastando para isso a concordância entre as memórias. As pessoas de um grupo, como é o caso dos quilombolas, compartilham mais do que somente o território. Elas compartilham saberes, experiências, conhecimentos, práticas e sentidos de forma coletiva. Ao falar do passado, por mais que enunciem de forma individual, terminam por apontar as memórias coletivas.

À luz destas considerações e no intuito de privilegiar a visão e a dinâmica das participantes, as entrevistas tiveram uma abordagem não estruturada. Inicialmente foram definidos 4 temas: i) infância, ii) trabalho, iii) comunidade e iv) sociedade. Esses temas foram usados como *starts* para o relato das participantes. Assim, procedemos todas as entrevistas dando início a uma explicação de qual seria o tema e as participantes tiveram ampla liberdade para se expressarem.

Ao falar da entrevista enquanto instrumento privilegiado para apreender e explicar a realidade de pessoas e que compõe métodos narrativos, Poupart (2012, p. 220) afirma que seu uso na pesquisa de grupos minoritários e marginalizados justifica-se por tratar-se de um instrumento que confere potência à denúncia de questões e conflitos vividos por esses grupos, visão compartilhada por Wodak (2001a). As entrevistas foram realizadas na Comunidade Luizes em dias pré-agendados com as

participantes e foram gravadas e posteriormente transcritas, tal como recomenda Thompson (1992).

Com relação aos participantes da pesquisa, Thompson (1992) afirma que essa escolha é decorrente da análise do pesquisador, ao ter-se em mente o argumento da pesquisa, possibilitando a escolha das pessoas. Para Bosi (2016), é possível encontrar histórias sociais bem desenvolvidas a partir das lembranças e das memórias de pessoas idosas. Na comunidade quilombola Luizes, há algumas mulheres consideradas referências políticas e culturais e que se autodenominam matriarcas. Trata-se de senhoras, já anciãs e que, por isso, possuem um vasto repertório experiencial. Neste trabalho, as participantes da pesquisa foram nomeadas como Zilda Luizes e Francisca Luizes, como forma de proteger suas identidades.

A comunidade quilombola Luizes está localizada no bairro Grajaú, região oeste de Belo Horizonte, com dados que indicam a existência da comunidade antes da fundação da cidade, ocorrida em 1897. A justificativa para a escolha desse grupo se deu em função de ser considerado o caso polar, já que, considerando as três comunidades quilombolas existentes em Belo Horizonte, sendo as outras duas, o Mangueiras, localizado na região norte da cidade e o Manzo Ngunzo Kaiango localizado no bairro Santa Efigênia, consideramos os Luizes em situação mais delicada em termos de invasão territorial, violência e invisibilização.

Após o processo a seleção dos fragmentos dos relatos, procedeu-se a análise. O esquema de análise do corpus desta pesquisa está embasado na proposta de Wodak (2001a; 2001b), que consiste em Análise Crítica Histórico Discursiva. Para Wodak (2001a), a importância da construção da análise está na transparência com que as escolhas são realizadas. Sendo a linguagem uma prática social (Fairclough, 2012; Fairclough & Wodak, 1997), materializada tanto por meio da escrita quanto da fala, ela reflete discursos, entendidos como uma maneira particular de produção e de reprodução de significados.

Para Wodak (2001a), o real é caótico e nesse sentido, não é possível compreender as práticas sociais por meio de modelos universais sensíveis somente ao que há de homogêneo. A autora defende que a partir do caos, o que se tem é a possibilidade de construir ciência pautada em um problema, em uma abordagem específica. O desafio desse processo de análise é compreender os discursos de grupos sociais, de forma crítica e histórica. Em suma, se trata de uma imersão em profundidade, ao invés de procurar modelos explicativos genéricos. Outro diferencial da Análise proposta pela autora reside na dimensão política expressa na crítica ao discurso. Interessa, pois, entender quais elementos nos discursos sinalizam processos naturalizados e opressores.

A partir das histórias e memórias das entrevistadas, dos dados transcritos foram selecionados trechos que remetem a diversas histórias sobre a comunidade, dentre as quais evidenciadas no

presente trabalho as Histórias de Subsistência e Histórias de Trabalho. Os trechos selecionados foram relacionados a textos oriundos de subtópicos, que por sua vez estão vinculados a macrotópicos. Os textos são produtos da ação linguística produzida pelas pessoas e, para Wodak (2001a), eles dizem respeito tanto à escrita quanto à fala. Neles estão impressas formas e usos da linguagem que apresentam certa estabilidade na atividade social.

Após a identificação dos macrotópicos, dos subtópicos e dos textos e das relações intertextuais e interdiscursivas perceptíveis procedemos a análise. Nessa fase, o objetivo foi identificar as estratégias discursivas, usadas como formas de persuasão. Wodak (2001a) cita várias delas ao longo de seu trabalho, nomeadamente estratégias de perspectivação, autorrepresentação, mitigação, intensificação, argumentação, nomeação e predicação.

Histórias de Subsistência

Por serem organizações não hegemônicas, as comunidades quilombolas apresentam fatores comuns, sendo o mais recorrente na literatura a subsistência por meio do desenvolvimento de diversas atividades sociais e econômicas (Reis, 2007; Moura, 1987; Freitas, 1984). Desse modo, a comunidade Luizes pode ser considerada uma organização

(Misoczky, 2010), na qual é possível destacar a existência da cooperação entre os membros do grupo.

No passado, a subsistência da comunidade Luizes baseava-se no desenvolvimento de atividades agrícolas. Com os recursos existentes à época, a comunidade conseguia suprir a maior parte das necessidades, sendo o excedente comercializado e transformado em recursos, tal como descreve Moura (1987). As memórias das participantes demonstram a anterioridade do modo de vida da comunidade em relação a urbanização do bairro Grajaú e de Belo Horizonte. Nesse ponto, já é possível identificar que mesmo as pessoas da comunidade não acessassem tudo que desejaram, a terra lhes fornecia o suficiente para a subsistência, algo descrito por Gomes (2015) no desenvolvimento de organizações quilombolas campesinas no meio rural. Francisca e Zilda descrevem o bairro com uma paisagem rural, em que as escassas casas dividiam espaço com o córrego e as plantações da comunidade. A atividade agrícola é uma, das várias formas possíveis de prover o sustento adotada por quilombos, de acordo com Freitas (1984).

O córrego Piteiras, segundo Zilda, foi construído por seus antepassados para irrigar a propriedade. Na região próxima estava localizado o leito do Rio Arrudas, e os moradores na época teriam criado um desvio. Atualmente esse córrego foi canalizado sob três vias: Silva Lobo, Barão Homem de Melo e Francisco Sá. O córrego foi um elemento importante para a subsistência da comunidade. Além do cultivo e da criação de

animais que garantiam o sustento, as memórias de Francisca expressas no fragmento 1 demonstram que a comunidade era essencialmente rural, sendo um dos tipos de organização social e econômica em comunidades quilombolas, estudados por Freitas (1984) entre agrícolas, extrativistas, mercantis, mineradores, pastoris, serviços e predatórias.

[1] na época do meu pai, da minha vó, eu vendi muita verdura com vovó lá pra Cidade Jardim, saía de balaio e tudo e vendia... na época do papai e dos meus tios, eles tinham essa regalia, era... tinham, era o tempo das vacas gordas né, porque tinham porco, chiqueiro, com pouca... muita galinha, muita coisa, **comia o que tinha no quilombo**. Nós não. Aqui, a única coisa que eu vivi foi, que eu nasci aqui, foi que aqui atrás da casa era um barracão ali, a gente criava galinha e criava porco. Então, a gente nunca... eu vivi na época das vacas gordas (risos) [...] por exemplo, lá na, no Cipó, eles têm na porta da... do quilombo deles, eles vendem muita coisa que eles criam, é horta, é tudo, mas da roça, todo mundo tem só hortinha, então eles têm mais dificuldade do que a gente, porque a gente era urbano, a gente vendia as coisas da gente na cidade a fora, e na Cidade Jardim, então, a gente vivia... As minhas tias viviam disso. (Francisca Luizes)

Para Francisca, suas lembranças e memórias de um passado sob o modo de vida rural representam uma boa fase. A estratégia perspectivação (Wodak, 2001a) ocorre por ela considerar que a “época do papai e dos meus tios” foi marcada por fartura, já que a maior parte das necessidades do grupo era suprida pelo que produziam, em oposição aos tempos atuais, já que os

contemporâneos dela não viveram a mesma experiência, sendo que a alternativa o trabalho doméstico.

É possível perceber mudanças ocorridas na dinâmica do grupo e as gerações foram utilizadas como marcos temporais. O cotidiano na comunidade no passado reflete que a subsistência era regida por uma determinada lógica, segundo a qual as pessoas dedicavam-se a atividades específicas e que por meio da cooperação (Misoczky, 2010), trocavam e compartilhavam os produtos dos quais necessitavam para viver. A existência da cooperação legitima o grupo como uma organização nos termos de Misoczky, mas também está alinhada a diversos outros autores que destacam o comunitarismo como sendo uma característica comum a quilombos (Schmidt & Araujo, 2012; Moura, 1987; Motta, 1980). É importante destacar que embora seja plausível tomar o grupo como organização, necessário se faz pontuar que ela não se confunde com as organizações do tipo gerencial, consideradas a forma hegemônica na Administração. Assim, é válido considerar que por não possuírem uma finalidade e serem não-gerenciais, os quilombos podem ser compreendidos como um tipo de organização não hegemônica.

A agricultura tanto era capaz de atender às necessidades do grupo, como também às dos moradores circunvizinhos. Isso indica a existência de uma economia local e remete aos vínculos criados com outros grupos sociais, presente no fragmento 2 e discutido por Silva (2017) ao revelar as interações criadas pelas

comunidades quilombolas, mesmo as localizadas em um contexto rural. Sobre isso Francisca acrescenta:

[2] muitos moradores que eram casinhas, casebres do lado de lá, do lado de cá, porque eram coisas que trabalhavam na fazenda [Piteiras, como a comunidade era chamada anteriormente]. (Francisca Luizes)

Nos elementos “casinhas” e “casebres”, as memórias de Zilda revelam um modo de vida de subsistência de trabalhadores rurais, que “trabalhavam na fazenda”. Ao falar de si e do tempo distante evocado em suas memórias, Zilda termina por evidenciar a importância das atividades desenvolvidas na comunidade para o próprio grupo e para os locais:

[3] O nosso, por exemplo, o que pra você vê, a minha... a minha família, por exemplo, todas criaram os filhos sendo empregada doméstica. Ganhava... o que ganhava hoje, já passava no supermercado, porque, a comida nossa é comprada, que nós não temos, porque acabou... meu avô, minha avó, viviam da subsistência deles, porque tinha plantação de... de hortaliças, de verduras, tinha feijão, arroz, é... muita banana, manga é... abacaxi, laranja, então, vivia... café... (Zilda Luizes)

A urbanização crescente do bairro mudou radicalmente o modo de viver das pessoas na comunidade. Isso porque o modo urbano agrava a condição de pobreza, já que não havia mais possibilidade da subsistência pela agricultura. Essa comunidade é anterior a fundação da capital mineira, o que indica que no passado, houve um período em que a vizinhança estava

localizada há diversos quilômetros. Na medida em que esses vizinhos se tornam acessíveis, a dinâmica do grupo se molda a essa nova realidade e por meio do processo de divisão do trabalho, as pessoas da comunidade consideradas mais aptas, em função da idade e do gênero, assumem a comercialização dos alimentos produzidos. Nesse ponto, é possível perceber a tentativa do grupo de assimilar-se espacialmente (Charles, 2003), ante ao processo inicial de urbanização crescente. Esse processo de assimilação espacial foi usado como estratégia de adequação às mudanças, mas encontrou limites.

[4] Agora ali, todo mundo ali, criou os filhos dela sendo diarista, né?![...] os Amaros tinham a Casa de Farinha, eles tinham a plantação deles todinhas, eles viviam da sua própria subsistência. Aqui, não **O quilombo urbano, ele perde muito pelo quilombo rural.** (Francisca Luizes)

O fato de diarista ser a possibilidade mais imediata e comum aos quilombolas, já indica que o processo de urbanização do bairro Grajaú atraiu um determinado grupo que compartilhava condição socioeconômica privilegiada, traço que já sinaliza um fator importante na homogeneização do lugar (Alves, 2017). É justamente por perceber essa tendência que Francisca considera que o quilombo rural é autônomo e, por isso, apresenta melhor condição de vida do que o quilombo no contexto urbano (fragmento 4). O processo por traz dessa lógica é responsável por tornar a comunidade fixada há tanto tempo naquela região alheia a sua própria terra e reflete a estratificação dos lugares (Charles, 2003).

Se antes viviam da terra, os quilombolas passaram a ter como desafio encontrar novas formas de subsistência, e uma das formas mais imediatas era justamente a comercialização da terra. No passado, algumas áreas da comunidade foram vendidas por pessoas de lá. Por ser uma comunidade que compartilha o território coletivamente (Schmidt & Araujo, 2012; Moura, 1987; Motta, 1980), as condições de negociação e venda ocorreram sem o conhecimento e concordância dos demais.

[5] Uma vez vieram aqui, a casa que era da minha tia ali, veio um cidadão pra topografar. Aí eu falei assim, o senhor não vai topografar nada aqui não. "a eu **vou topografar, porque isso aqui foi vendido** e o comprador mandou topografar aqui. [...] aí ele foi embora, **voltou no outro dia com o advogado**, entendeu? Aí ele falou assim "meu constituinte comprou, comprou esse espaço aí tem que topografar. Eu falei assim, o senhor não vai topografar. O senhor comprou de quem? Comprei da dona Felícia, dona Felícia é minha tia, morava aí. Eu falei assim então o senhor vai procurar minha tia Felícia pra ressarcir o seu dinheiro, porque aqui o senhor não vai topografar nada. Aí chamei essa minha prima lá... falei assim, vem aqui que tem uma pendência aqui, eu já dei meu parecer aqui, mas vem aqui pra cê fechar. Aí ela veio conversou com esse advogado, ele disse assim: "ela me deu uma aula de direito!" [...] Esse outro prédio que tá pronto ali, [...] lá eles tinham uma barraca, capoeira, artesanato no lote. Chegou um cara com polícia, cachorro, advogado, não sei o que, derrubou a barraca, e construíram um prédio lá. E o procurador geral da justiça mora na cobertura. Por aí cê vê, como a lei, cobre os bandidos entendeu. Morava na cobertura, o que era procurador da justiça. Então a gente perdeu. (Zilda Luizes)

[6] Diz a Francisca, sabe a Plurimed? Dizem que os filhos dele [tio de Zilda] é que venderam aquilo ali muitos anos atrás... vendeu pra Plurimed ali, agora é claro que se a gente correr atrás, a gente tem o direito de reaver... Não o prédio, mas o valor né. (Zilda Luizes)

As terras de uma comunidade quilombola são utilizadas de forma coletiva (Fiabani, 2008). Para o autor, a posse coletiva impede em parte a fragmentação da propriedade e que ela desapareça por completo. Contudo, o que se pode perceber nas memórias das entrevistadas é que os membros do grupo podem ter visões distintas da posse coletiva. Nos fragmentos 5 e 6, Zilda relembra episódios envolvendo a negociação de imóveis da comunidade. Ao perguntar “o senhor comprou de quem?” (fragmento 5) e “dizem que os filhos dele é que venderam aquilo ali” (fragmento 6), expõe o fato de que pessoas da comunidade negociaram imóveis. O fato de pessoas do grupo tomarem decisões ou adotarem determinada postura em desacordo ou de forma desalinhada com os demais é uma contradição, mas que não descaracteriza o grupo. Para Wodak (2001a), sendo o mundo permeado pelas contradições da lógica econômica capitalista, é esperado que os grupos e as pessoas também reproduzam essas contradições. O fato é que, para alguns grupos, dentre os quais as organizações sociais não hegemônicas como a quilombola, as contradições internas foram utilizadas como estratégia de apropriação territorial.

Como o principal recurso da comunidade advinha do uso da terra, muitos em dificuldades viram-se sem alternativas,

restando negociar partes da propriedade. Mas como descrito nos fragmentos 5 e 6, as condições de venda em diversos casos eram questionáveis. Com a urbanização crescente do bairro e as pessoas da comunidade em dificuldade, diversas empresas e pessoas viram na situação uma oportunidade de obter vantagem. Os relatos de pessoas enganadas são diversos. Várias organizações de renome, como hospital, faculdade e até um banco localizados no bairro Grajaú, foram construídos na área da comunidade, como descreve Zilda no fragmento 7.

A outra forma de obter renda com a terra é o aluguel. Alguns moradores construíram casas na comunidade, aproveitando espaços não ocupados, outros fizeram lojas na Avenida Silva Lobo. Tanto a locação de imóvel voltada à moradia, quanto a voltada para fins comerciais são muito valorizadas no bairro. Contudo, o dilema das atividades realizadas a partir de uma comunidade quilombola é uma questão tratada por Zilda no fragmento 7.

[7] Aqui não deveria ter aluguel. No meu entender e de outras pessoas também, aqui é uma comunidade quilombola ... então morar só pessoas do quilombo [...]. Eu vou fazer daqui uma república. Tem alunos ali na Albert Einstein que eles pagam 500 reais só para dormir, então eu vou fazer república dessa casa. [...] vou fazer aqui que é aonde eu vou ter dinheiro pra mim sobreviver. (Zilda Luizes)

A questão é ampla, pois na comunidade existem pessoas que consideram ser legítimo e de direito o uso para locação,

enquanto outras percebem que explorar esse tipo de imóvel tem causado mudanças negativas na comunidade. A partir da perspectivação (Wodak, 2001a), Zilda acredita não ser correto tal uso do território. Porém, um dos planos de Zilda é fazer de sua residência uma república para estudantes, o que caracteriza uma contradição. Para Wodak (2001a), lutas, contradições são traços marcantes do mundo moderno e das sociedades ocidentais e, dessa forma, não é possível conceber grupo social homogêneo. A autora acredita que, esses fatores manifestos em diferentes ideologias, fragmentações e múltiplas identidades podem ser a chave para as questões impostas pela economia e ideologia neoliberal.

O fragmento 7 contém dois cenários: o ideal e o real para a comunidade quilombola. No ideal, ao modo de pensar de Zilda, os moradores da comunidade “deveriam” ser somente quilombolas. Porém no cenário real, ela precisa de recurso financeiro para sobreviver e sua alternativa é vender seu espaço. Esse panorama demonstra que gradualmente os quilombolas Luizes perderam sua capacidade de subsistência, impondo um modo de vida precário. É nesse ponto que a crítica de Charles (2003) a assimilação espacial adquire amplo sentido. Diferente de outras comunidades majoritariamente negras, o quilombo já está localizado em um local considerado adequado. O fato é que, historicamente, o grupo foi submetido a uma configuração local que significou transferência de renda. Eles que antes detinham a posse da terra, foram expropriados e atualmente enfrentam questões cada vez mais complexas para lá se manterem. Assim,

não houve assimilação espacial, não no caso desse grupo, marcado pela questão racial.

Essa dinâmica perversa também reflete como a segregação produz pobreza e mobilidades forçadas e que se ligam a formação das marginalidades na cidade, discussão presente em Agier (2017). Assim, os dilemas que os sujeitos reproduzem dizem respeito a uma prática social moldada pela contradição, como é possível perceber na situação descrita por Zilda. Ainda que não deseja e não aprove, sente-se forçada, em meio ao contexto a tomar certas atitudes. O contexto no qual Zilda está imersa apresenta a exploração capitalista do déficit populacional alheio. Se antes do processo de urbanização, o quilombo vivia da subsistência e atualmente as pessoas de lá já não conhecem se manter naquele local, por mais que trabalhem e tenham tentando se assimilar as mudanças impostas pela urbanização, falamos de um processo de negação da propriedade bem como de empobrecimento e segregação.

Histórias de Trabalho

Após a superação do modelo de subsistência baseada em agricultura, houve a necessidade de novas formas de trabalho. Essa transição é diferenciada pelas entrevistadas como um período de “vacas gordas e magras”. Essa metáfora indica que a qualidade de vida das pessoas foi marcadamente prejudicada ao longo do tempo.

[8] eu e minha irmãs, os mais velhos, **começamos a trabalhar muito cedo**, a gente **trabalhou de doméstica**, foi com 7 anos a gente já tava na casa dos outros trabalhando. Eu fiquei lá até 13 anos, eu fiquei até 13, minha irmã um pouquinho mais... e minha outra irmã saiu antes. A gente trabalhava com a mesma família. [...] então a gente sofreu muito, muito mesmo. Meu pai morreu eu tinha 2 anos, deixou minha mãe viúva com 5 filhos... a mais velha com 5 anos, a mais nova com um mês. [...] Minha patroa levantava para cortar o pedacinho de pão que eu podia comer... queria comer mais pão, não podia. Entendeu? (Zilda Luizes)

O texto sempre emerge de um contexto (Boje, Alvarez & Schooling, 2001) e o fragmento 8 está ligado às mudanças ocorridas no modo de vida das pessoas do grupo. A comunidade já não apresentava meios para se autossustentar, de modo que o trabalho doméstico foi uma alternativa para diversas pessoas, sobretudo entre as mulheres, ainda durante a infância. As memórias das entrevistadas ligadas a dimensão do trabalho evidenciam que havia uma divisão de trabalho baseada no gênero ainda durante o período em que desenvolviam agricultura de subsistência. As mães das entrevistadas se encarregavam das atividades domésticas, enquanto os homens da comunidade cuidavam da lavoura, algo enunciado no fragmento 9.

[9] Eu nem sei nada de lavoura, eu nunca trabalhei aqui não. As filhas não trabalharam... as filhas, as minhas tias, ajudavam a vovó nos afazeres, é varrer quintal, é porque naquela época, as filhas moravam... tia Carmem, tia Dalva, tia Creuza.

Ninguém deixou as filhas aqui [risos]. Quando elas eram solteiras elas ajudavam vovó nos afazeres. (Francisca Luizes)

A divisão de trabalho exposta na memória de Francisca possui ligação com a lógica sexual binária, baseada na diferenciação entre dois sexos que seriam determinados biologicamente e, portanto, as diferenças estariam expressas nos corpos dos sujeitos. Wodak (1997) afirma que comportamentos com base nessa noção tem sido denunciada pelo movimento feminista. Porém, de acordo com a autora, a lógica sexual binária é um discurso que tem sido produzido e reproduzido em novas formas sutis e que continuam a perpetuar a visão que naturaliza diferenças no nível biológico, desconsiderando todas as demais dimensões que compõe a identidade das pessoas.

No fragmento 9, é possível perceber a interdiscursividade entre trabalho e gênero. Os fatores e elementos presentes no texto formado pelas memórias de Francisca, embora sejam vários, não representam o caos. Esses elementos configuram uma lógica responsável pela correta seleção entre textos e intertextualidades em diferentes contextos, e por meio da polifonia, polissemia e *performance* geram a persuasão (Boje, Alvarez & Schooling, 2001). A polifonia representa a multiplicidade de vozes que enunciam um texto, enquanto a polissemia está ligada aos vários sentidos que um termo pode assumir. Já ações e comportamentos influenciados por determinado discurso são associados à *performance*. A descrição do trabalho feminino na comunidade remete a existência de um discurso, e que é

enunciado por meio de elementos que extrapolam o texto. Justamente em função da pluralidade de elementos que cercam e sustentam os discursos como visto no fragmento 9, é que Wodak (2001b) defende que a análise deve ocorrer por meio de uma abordagem interdisciplinar e trabalhos empíricos.

Embora Francisca fale de um passado distante, ao dizer que “eu nem sei nada de lavoura, eu nunca trabalhei aqui não”, ela evidencia que o trabalho desempenhado por ela e, conseqüentemente, pelas demais mulheres não tinham e continuam a ser vistos como não trabalho. Discursivamente, a negação de Francisca representa um reforço noção da sexualidade binária (Wodak, 1997). Se por um lado essa concepção prega a diferença no nível biológico, por outro ela as hierarquiza e, com isso, gera a opressão ao sexo considerado inferior de forma invisível sob o manto da naturalidade. Isso também está expresso no fragmento 9. Francisca afirma que “ninguém deixou as filhas aqui” e em seguida ri das lembranças que lhe vem à mente. Esse trecho é muito significativo, embora em termos de sentido, ele seja mais valioso pelo que não é dito. As memórias das atividades desempenhadas por mulheres na comunidade são seguidas da lembrança de que elas foram deixaram a comunidade e que fizeram isso motivadas por familiares. Isso pode indicar que as diferenças no trabalho não sejam as únicas expressões da lógica binária presente no modo de vida no passado.

De acordo com Wodak (1997), a diferença e a hierarquia associadas à noção de feminino e masculino pode ser considerada uma ideologia. A autora defende que, no contexto da Análise Crítica Histórico Discursiva (ACHD), as ideologias são importantes marcadores do estabelecimento e manutenção de relações de poder desiguais. Reconhecer as ideologias, portanto, é uma forma de desnaturalizar processos com potencial opressor a determinados grupos sociais. O valor da ACHD é evidente ao se tratar de histórias e memórias de uma organização social não hegemônica nesse sentido. Isso porque, de acordo com Pollak (1989), a memória está embasada em múltiplas referências e que possuem um caráter quase institucional. Isso remete ao fato de que, a força de um processo que “sempre foi assim”, tende a ser naturalizado pelas pessoas. Elas podem, ao longo da vida, reconhecer essas memórias como também podem reconstruí-las (Halbwhachs, 2006) ou ressignificá-las (Ricoeur, 2007). É nesse ponto que a ACHD pode ser um mecanismo de mudança social.

Com a transição no modo de vida, a geração das entrevistadas foi introduzida no mundo do trabalho ainda na infância. No fragmento 10, a memória descrita de Zilda pinta um cenário visualizável, dada a intensidade de sua narrativa com a lembrança do período de intensa escassez.

[10] Levantava muito cedo, acendia o fogão de lenha, arrumava a marmitta para sair a tempo, pois a caminhada era longa. A sirene da fábrica apitava e o relógio de ponto não esperava. O barulho da fábrica de calçados era enorme. Não se

ouviam as vozes. Muitas máquinas, todas com barulho diferente. Acrescentando com a batida do Martelo dos sapateiros que davam forma no sapato. Minha sessão era do acabamento, onde a gente prepara o sapato para ir à loja. Aí a mistura do cheiro das tintas mais o pó de sapato de camurça, a poeira da sola lixadas na máquina, vinham da sessão anterior a nossa, era bem pertinho. Me fez ficar doente dos pulmões. Foi à custa de muita penicilina [...] que pude voltar à fábrica novamente. (Zilda Luizes)

O fragmento 10 é um texto escrito em 1982 por Zilda e refere-se ao trabalho que desempenhou durante a vida adulta. Ela possui manuscritos com textos, poemas e fotos de momentos que a marcaram e durante a entrevista ela leu diversos trechos. A precariedade no trabalho assalariado que Zilda se submeteu ainda na infância, também é percebida na vida adulta, chegando a adoecê-la.

Atualmente, na comunidade, existem pessoas que trabalham em atividades básicas, como também profissionais do ramo de beleza, vestuário, artesanato, músicos e profissionais com nível superior. A realidade na comunidade passou por intensa transformação e o trabalho infantil foi uma das formas para obter recursos para suprir as necessidades das famílias que lá viviam. A necessidade de ajudar economicamente em casa superou os maus tratos sofridos no trabalho. Ante essa necessidade, diversas pessoas interromperam os estudos privilegiando o trabalho. O fragmento 10 demonstra que a inserção dos quilombolas no mercado de trabalho ocorreu em um sistema que os oprimiu e o expropriou de recursos. A

dinâmica da vida urbana, além de tornar impossível o modo de vida rural baseado na subsistência, a falta de opções e a pobreza para a qual a comunidade foi empurrada significou a imposição do trabalho infantil e precário a diversas pessoas da comunidade.

Conclusão

A realização deste capítulo teve como objetivo geral analisar a forma pela qual as histórias de subsistência e trabalho podem ser construídas discursivamente a partir das memórias de mulheres da comunidade Luizes, o que foi feito por meio da identificação das memórias de mulheres idosas do Quilombo Luizes com entrevistas não estruturadas, enquanto técnica de história oral, organização e análise das memórias coletivas compartilhadas por meio da análise discursiva histórico crítica proposta por Wodak (2001a).

Os trechos selecionados não representam uma história linear, já que a narrativa das entrevistas reflete um tempo que é circular expresso na mobilização das memórias que ocorre por questões provocadas a partir do presente. Outro ponto interessante é o de que essas narrativas não guardam compromisso com a coerência, pois uma das características dos discursos é justamente a possibilidade da ambiguidade e da contradição. Ademais, o esforço em compreender as várias nuances relacionadas à comunidade, ainda que parcialmente, possibilita

compreender aspectos diversos que remetem a um mesmo grupo social, evidenciando sua complexidade e dinâmica. Assim, Zilda Luizes e Francisca Luizes enunciam aspectos de suas memórias, algumas que de tão íntimas somente a elas pertencem e dizem respeito e outras que remetem as memórias compartilhadas coletivamente pelo grupo.

As memórias são uma possibilidade para que grupos marginalizados possam contar sua versão histórica. Existem diversas histórias possíveis dos eventos e do passado, mas alguns grupos sociais são considerados privilegiados e legitimados para realizar essa construção. Isso fez com que diversos grupos fossem marginalizados do ponto de vista histórico. Já que a história também é um discurso e logo, se liga a dimensão de poder, controle e dominação, as versões históricas em função de interesses de determinados grupos, privilegiou certos eventos, enfoques e explicações. Com a oportunidade de narrarem suas histórias, esses grupos trazem à tona aspectos ainda não explorados, tornando suas histórias conhecidas e com isso mais visibilizadas.

A urbanização crescente constituiu-se em um ambiente complexo para os Luizes por dois grandes motivos. O primeiro deles é o do contraste, o modo de vida marcado por atividades rurais desenvolvidas pela comunidade há várias décadas, configurando a terra como modo de subsistência. A urbanidade crescente no entorno gerou impacto direto no modo de vida da comunidade. Um exemplo é que, com a canalização de um

antigo córrego, a comunidade perdeu sua principal fonte de irrigação para o plantio.

Por serem unidades organizativas, as comunidades quilombolas podem desenvolver diversas atividades, sendo a mais recorrente na literatura a subsistência por meio do desenvolvimento de atividades sociais e econômicas. Desse modo, as histórias de subsistência evidenciam que a Comunidade Luizes pode ser considerada uma organização na qual é possível destacar no passado a subsistência de base agrícola. Porém, a urbanização crescente do bairro mudou radicalmente o modo de viver das pessoas na comunidade. Se antes viviam da terra, os quilombolas passaram a ter como desafio encontrar novas formas de subsistência. Atualmente, as formas mais imediatas são a comercialização da terra, que ocorre por duas maneiras na comunidade, seja por venda ou aluguel de imóveis.

Com relação ao trabalho, após a superação do modelo de subsistência baseada em agricultura, houve a necessidade de novas alternativas. Inicialmente, as novas formas de trabalho possíveis para as pessoas da comunidade, com a crescente urbanização de Belo Horizonte, significaram trabalho infantil, exploração e precariedade. Atualmente, na comunidade, existem pessoas que trabalham em atividades básicas, como também profissionais do ramo de beleza, vestuário, artesanato, músicos e profissionais com nível superior, o que indica que parte do grupo superou a dinâmica que os empurrou para o trabalho precário. Mesmo que as atividades profissionais indiquem o

esforço de assimilação dos quilombolas à região na qual estão localizados, foi possível perceber que o grupo está submetido a uma lógica que significou empobrecimento e segregação. A estratificação social faz com que uma tendência mais ampla, orientada pela homogeneização, torne o grupo que é o mais antigo fixado no bairro Grajaú, alheio a sua própria terra.

As histórias e memórias das anciãs da comunidade Luizes indicam que a constituição das cidades e urbanização não podem ser associados ao desenvolvimento, isso porque as melhorias pretendidas por alguns produzem reflexos nos modos de ser e viver de diversos outros grupos sociais que por serem organizações não hegemônicas, terminam por submeter-se a condições crescentes de opressão e segregação que podem significar manutenção e crescimento das desigualdades sociais. Os achados indicam que a condição socioeconômica além de não pode ser considerado o fator central na busca da qualidade de vida, isso porque ela também é fruto de configurações locais que se estabelecem no âmbito da cidade, moldando vidas e ditando possibilidades de acesso ou de marginalização.

Referências

Agier, M. (2017). Onde se inventa a cidade do amanhã? Deslocamentos, margens e dinâmicas das fronteiras urbanas. In J. Gledhill, M. G. Hita, & M. Perelman (Orgs.). *Disputas em*

torno do espaço urbano: processos de [re]produção e apropriação da cidade (pp. 73-100). Salvador: UFBA.

Alves, É. C. M. (2017). Da liberdade ao alto: notas sobre o processo de higienização social, marginalização e demanda étnica de um bairro taperoaense. *História e Cultura*, 6(3), 281-305.

Boje, D. M., Alvarez, R. C., & Schooling, B. (2001). Reclaiming story in organization: narratologies and action sciences. In R. Westwood, R. & S. Linstead (Eds.). *The language of organization* (pp. 132-175). London: Sage.

Bosi, E. (2016). *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (19a ed). São Paulo: Companhia das Letras.

Fairclough, N. (2012). Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. *Linha d'Água*, 25(2), 307-329.

Fairclough, N. & Wodak, R. (1997). *Critical discourse analysis*. London: Sage.

Fiabani, A. (2008). *Os novos quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil [1988-2008]*. Tese de doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil.

Freitas, D. (1984). *Palmares: a guerra dos escravos* (5a ed). Porto Alegre: Mercado Aberto.

Gomes, F. S. (2015). *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Halbwachs, M. (2006). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.

Lima, L. G. D., Silva, P. T., & Gurgel, T. C. N. P. (2013). O processo de expansão da malha urbana de pau dos Ferros/RN. *GeoTemas*, 3(1), 45-56.

Misoczky, M. C. (2010). Das práticas não-gerenciais de organizar à organização para a práxis da libertação. In M. C., R., K. Flores, & J. Moraes. *Organização e práxis libertadora* (pp. 13-56). Porto Alegre, Dacasa.

Motta, R. (1980). Palmares e o comunitarismo negro no Brasil. *Ciência & Trópico*, 8(2), 215-229.

Moura, C. (1987). *Quilombos: resistência ao escravismo* (3a ed). São Paulo: Ática.

Poupart, J., Deslauriers, P., Groulx, L., Laperrière, A., Mayer, R., & Pires, A. P. (2012). *A pesquisa qualitativa: enfoque epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.

Queiroz, S. (Org.). (2006). *A tradição oral*. Belo Horizonte: FALE/UFMG.

Reis, J. J. (2007). Ameaça negra. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 27, 18-23.

Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp.

Sahasranaman, A. & Jensen, H. J. (2018). Ethnicity and wealth: the dynamics of dual segregation. *PLoS ONE*, 13(10), 1-22.

Saraiva, L. A. S. (2014). Um farol nos estudos organizacionais brasileiros. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 1(1), 1-18.

Saraiva, L. A. S. (2007). Métodos narrativos de pesquisa: uma aproximação. *Gestão.Org – Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 5(2), 118-134.

Schmidt, J. P. & Araujo, N. C. (2012). Comunidade e comunitarismo na Constituição Federal e na legislação brasileira. *Novos Estudos Jurídicos*, 17(3), 327-344.

Silva, E. J. F., Henrique, R. C., & Oliveira, T. Z. G. (2017). Sociabilidade e territorialidade quilombola no contexto urbano: do mito à realidade. *Anais dos Seminários em Administração FEA/USP*, São Paulo, SP Brasil, XX.

Sommer, M. F. (2005). *Territorialidade negra urbana a morfologia sócio-espacial dos núcleos negros urbanos segundo*

a herança histórica comum. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Thompson, P. (1992). *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

UN (Population Division). (2017). *World population prospects: the 2017 revision, key findings and advance tables*. Recuperado em 15 fevereiro, 2019, de: https://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/wpp2017_keyfindings.pdf

Wodak, R. (2001a). The discourse-historical approach. In R. Wodak & M. Meyer (Eds.). *Methods of critical discourse analysis* (pp. 63-94). London: Sage.

Wodak, R. (2001b). What CDA is about – a summary of its history, important concepts and its developments. In R. Wodak & M. Meyer (Eds.). *Methods of critical discourse analysis* (pp. 1-13). London: Sage.